

**A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS NO ESPECTRO
AUTISTA: OS DESAFIOS NA PRÁTICA DA INCLUSÃO ESCOLAR**

Laura Walter Azevedo Nora

Maria Fernanda Macedo

Orientadora: Dra. Sueli Cristina de Pauli Teixeira

RESUMO

A inclusão de alunos com deficiências na escola regular tem sido cada vez mais discutida e, em função das dificuldades que permeiam o ensino de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista, há a necessidade de discussão acerca da relação família-escola nesse contexto, visto que é um aspecto que pode atuar como potencializador ou inibidor da inclusão e aprendizagem de crianças com TEA. O objetivo do presente estudo foi analisar a relação família-escola, permeada pelas dificuldades do TEA, e verificar o que têm sido estudado e proposto como melhoria nos últimos anos e as lacunas existentes nesse contexto. Para tal, realizou-se uma revisão sistemática da literatura, utilizando de artigos e teses sobre a temática do TEA e da relação família-escola. Com os achados desta análise, conclui-se que há a necessidade de maior abertura por parte da escola para a comunicação com os familiares, fortalecer o envolvimento das famílias no processo de inclusão e de maiores investimentos em formação docente para o trabalho com crianças com TEA.

Palavras-chave: inclusão escolar; Transtorno do Espectro Autista; relação família-escola; educação especial

ABSTRACT

The inclusion of students with disabilities in regular education has been increasingly discussed and, due to the difficulties surrounding the education of children diagnosed with Autism Spectrum Disorder, there is a need for discussion about the family-school relationship in this context, as it is an aspect that can act as a facilitator or inhibitor of inclusion and learning for children with ASD. The objective of this study was to analyze the family-school relationship, permeated by the difficulties of ASD, and to verify what has been studied and proposed as improvements in recent years and the gaps that exist in this context. To this end, a systematic review of the literature was conducted, using articles and theses on the theme of ASD and the

family-school relationship. Based on the findings of this analysis, it was concluded that there is a need for openness on the part of schools to communicate with family members, strengthen family involvement in the inclusion process, and increase investment in teacher training to work with children with ASD.

Keywords: school inclusion; Autism Spectrum Disorder; family-school relationship; special education

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por déficits persistentes na comunicação e na interação social, além de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (APA, 2014). A manifestação dos primeiros sinais ocorre, necessariamente, nos primeiros anos de vida, sendo observadas alterações nos marcos do desenvolvimento.

O momento do diagnóstico do TEA é frequentemente atravessado por sentimentos ambivalentes nas famílias, envolvendo choque, negação, culpa e tristeza, que podem ser compreendidos como um processo de luto simbólico pela perda do filho idealizado. Esse luto é descrito por diversos autores como uma etapa natural da aceitação do diagnóstico, implicando a reconstrução das expectativas parentais frente à nova realidade da criança (Aguiar; Pondé, 2020). Paralelamente ao enfrentamento emocional da família, surgem os desafios práticos relacionados à intervenção, o acesso a terapias como Análise do Comportamento Aplicada (ABA), fonoaudiologia, terapia ocupacional e acompanhamento psicológico é, muitas vezes, restrito por barreiras socioeconômicas. Além disso, há os desafios na reorganização da dinâmica familiar e a adaptação das rotinas às demandas terapêuticas da criança com TEA. A realidade brasileira evidencia uma grande lacuna no acesso aos serviços especializados, sendo que muitas famílias dependem exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS), onde a oferta é insuficiente e, muitas vezes, tardia. Neste processo, a família é negligenciada pela falta de suporte e pela falta de acesso aos serviços especializados.

No que tange à inclusão no ambiente escolar, a relação do aluno com TEA e a instituição de ensino é permeada por desafios históricos e estruturais. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, estabelece que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida com base na igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Brasil, 1988). Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

(Lei n 9.394/1996) reforça, em seu artigo 58, a obrigatoriedade da educação especial preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1996). Esses dispositivos legais são aprofundados com a Política Nacional de Educação Especial da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que defende o direito de todos os estudantes à aprendizagem no mesmo ambiente escolar, com as adaptações e apoios necessários para garantir sua participação plena. A promulgação da Lei n 12.764/2012, recentemente atualizada e conhecida como Lei Berenice Piana, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e o Parecer CNE/CP no 50, de 2024, que formulou orientações para o atendimento a estudantes com TEA, representam marcos legais importantes, que, junto de quaisquer legislações ou documentos existentes para formulação de políticas acerca do TEA, apontam para o grande desafio que tem sido a inclusão de pessoas com esse transtorno no país (Brasil, 2012; 2024).

Apesar dos avanços normativos, a prática educacional brasileira ainda se depara com uma realidade marcada pela integração - e não pela inclusão - de crianças autistas, o que implica sua inserção física nas escolas sem, no entanto, promover as adaptações pedagógicas, curriculares e atitudinais necessárias para sua real participação e aprendizado. Além disso, a exclusão velada ainda é uma prática recorrente, seja por meio da recusa explícita de matrícula, seja pela permanência simbólica da criança em sala de aula, sem a efetiva oferta de suporte e estratégias pedagógicas adequadas. A realidade de muitas escolas no Brasil revela a persistência de práticas segregadoras, que mantêm as crianças com TEA, bem como os outros públicos-alvo da Educação Especial, à margem do processo educativo, revelando a distância entre a legislação e sua implementação de fato (Aguiar; Pondé, 2017; Pletsch, 2009).

A inclusão escolar de crianças diagnosticadas com TEA é um desafio que envolve a parceria família e escola, exigindo uma relação colaborativa entre esses dois contextos fundamentais. Cabral, Falcke e Marin (2021), por meio de sua investigação da relação entre a família e a escola na inclusão de crianças com TEA, evidenciaram que a qualidade desse vínculo impacta diretamente no processo de inclusão e no desenvolvimento do aluno. Pais e professores compartilham percepções sobre as dificuldades na comunicação entre família e escola, apontando que muitas vezes a inclusão ocorre de forma estritamente burocrática, sem um diálogo sobre as reais necessidades da criança com deficiência (Cabral; Falcke; Marin, 2021).

Coelho, Campos e Benitez (2017) ressaltam que o percurso escolar de crianças com TEA é marcado por experiências de exclusão, preconceito e despreparo da escola para acolher as

especificidades desses alunos. A relação família-escola, nesse contexto, se torna frágil e reativa, voltada para solucionar problemas e não para construir parcerias de apoio (Coelho; Campos; Benitez, 2017). Outros estudos reforçam que a inclusão escolar ainda enfrenta barreiras culturais, estruturais e atitudinais. A família, por vezes, assume sozinha a luta por condições adequadas de ensino, enquanto a escola carece de formação para lidar com a diversidade. Essa distância prejudica a construção de uma relação baseada em confiança e corresponsabilidade (Nunes; Saia; Tavares, 2015).

Por outro lado, alguns pesquisadores postulam que, quando há uma parceria colaborativa entre família e profissionais da escola, potencializa-se a inclusão, favorecendo o desenvolvimento global do aluno e reduzindo os sentimentos de isolamento e sobrecarga familiar (Silva; Mendes, 2008). Portanto, a relação família-escola no contexto da inclusão de alunos com TEA demanda um esforço conjunto de escuta, diálogo e compromisso, indo além das formalidades institucionais e se fundamentando em práticas de parceria, acolhimento e respeito às singularidades.

Diante de tais apontamentos, a escolha do presente estudo teve como objetivo propor uma reflexão acerca da relação entre as instituições escolares e as famílias de crianças diagnosticadas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), tendo como foco principal as dificuldades experienciadas pelos pais ou responsáveis desses alunos. Objetivou-se realizar essa análise por meio de uma revisão sistemática da literatura, utilizando de artigos e teses de pesquisadores que se comprometeram a realizar uma reflexão acerca da temática do TEA e da relação família-escola, a fim de verificar também o que têm sido estudado nos últimos anos e as lacunas existentes nesse contexto.

JUSTIFICATIVA

O presente trabalho se justifica diante do crescente aumento da demanda por serviços e práticas educacionais voltadas às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), fenômeno amplamente evidenciado nas últimas décadas. Esse aumento se deve, em parte, a reformulação dos critérios diagnósticos trazida pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-V (APA, 2014), que passou a compreender o autismo dentro de um espectro, abarcando diferentes níveis de suporte e manifestações clínicas. Essa mudança ampliou o reconhecimento de casos antes considerados típicos, refletindo diretamente nos sistemas de saúde, educação e assistência social, os quais se veem hoje desafiados a atender, com qualidade, uma população cada vez mais diversa em suas necessidades. No campo

educacional, o aumento do número de matrículas de crianças com TEA em escolas regulares têm revelado, com mais clareza, as lacunas existentes na efetivação de uma educação realmente inclusiva. Embora as legislações brasileiras tenham avançado significativamente nas últimas décadas, ainda é notável a distância entre o que está previsto na legislação e o que se realiza na prática escolar. Tais marcos normativos (Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, a Lei Berenice Piana em 2012 e o Parecer CNE/CP nº 50, de 2024) asseguram o direito à educação inclusiva, com ênfase na valorização da diversidade e na garantia de recursos e apoios necessários. Contudo, a permanência de práticas excludentes e integrativas, e não verdadeiramente inclusivas, reforça a urgência de discussões e estudos que aprofundem essa temática (Brasil, 1988; 1990; 1996; 2012; 2024).

Nesse contexto, destaca-se a centralidade da relação entre a família e a escola. A literatura especializada e a prática cotidiana demonstram que a participação ativa e qualificada da família é um dos principais fatores para o sucesso do processo educacional de crianças com TEA. A família é, muitas vezes, a principal defensora dos direitos, responsável por articular atendimentos, mediar relações e construir pontes com o ambiente escolar. Entretanto, essa relação nem sempre é construída de forma colaborativa e horizontal. Em muitos casos, observa-se um distanciamento entre a instituição escolar e os familiares, gerando rupturas que dificultam a construção de uma trajetória educativa efetivamente inclusiva.

Assim, a relevância do trabalho se dá por lançar luz sobre uma problemática atual, socialmente pertinente e academicamente significativa. A articulação entre família e escola, essencial para todos os estudantes, na inclusão de crianças autistas é um campo que carece de mais investigações qualitativas, que possam não somente evidenciar os entraves desse processo, mas também apontar caminhos possíveis para sua superação. Dessa forma, o presente trabalho se insere em um cenário de transformações legais, diagnósticas e sociais, reafirmando a importância de estudos que promovam o diálogo entre teoria e prática, com vistas a fortalecer os vínculos entre os agentes que compartilham a missão de educar com equidade, respeito e compromisso humano.

METODOLOGIA

Coleta de dados

A fim de coletar dados para a análise proposta, foi realizada uma revisão da literatura cuja estratégia de pesquisa utilizou de diversos termos, tanto individualmente quanto combinados

entre si por intermédio do operador dos *sites* utilizados. Os termos utilizados para a busca foram “Família”, “Inclusão escolar”, “Transtorno do Espectro Autista” e “Autismo”. Além disso, foi feita ampliação da pesquisa, utilizando de palavras-chave como “inclusão”, “educação inclusiva” e “deficiência”.

A pesquisa das obras selecionadas para revisão foi realizada nas seguintes fontes de informação: SciElo, PEPSIC e Repositório Institucional UFSCar, mas também foram incluídos artigos considerados pertinentes ao tema estudado que constavam nas referências bibliográficas e relacionados às obras encontradas e foram coletados nas plataformas Acervo Online - UNEB, Portal de Periódicos UFSM e Repositório Digital Institucional da UFPR.

Foram selecionados: estudos em português e inglês, disponibilizados gratuitamente, realizados por profissionais de Psicologia e de outras áreas da saúde, publicados nos anos 2000 - período em que houve um considerável aumento de estudos acerca dos temas de inclusão escolar, transtorno do espectro autista e relação família-escola. Foram excluídos estudos que não trouxessem informações relevantes acerca da percepção de famílias com filhos diagnosticados com TEA sobre a escola e os desafios vivenciados por elas e o próprio aluno nessa relação complexa.

No quadro abaixo estão os registros encontrados que foram tabulados em uma planilha do *Google Sheets* (Quadro 1).

Quadro 1 - Fontes utilizadas para coleta de informações

Fontes de informação	Totais de estudos encontrados	Estudos incluídos	Estudos excluídos
PEPSIC	26	2	24
Repositório Institucional UFSCar	80	1	79
SciElo	85	13	73
Total	191	15	176

Fonte: dos autores.

Além disso, foram colhidos outros 5 estudos contidos nas referências das obras analisadas, totalizando, assim, 21 trabalhos incluídos na pesquisa. Também foram utilizados materiais elaborados por instâncias governamentais, como Ministério da Saúde, e legislações.

Metodologia de análise

Inicialmente, foram analisados os conteúdos do título e resumo dos artigos encontrados para selecionar aqueles que se alinhavam com a temática do estudo. Feito isso, os artigos

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

selecionados foram lidos na íntegra, realizou-se uma análise dos conteúdos dos estudos e foi feita uma síntese dos resultados de cada um dos artigos, com destaques de pontos importantes e pontos de concordância e discordância entre as obras, conforme três categorias:

- Barreiras que compõem os desafios da relação família-escola;
- Potencialidades encontradas na relação família-escola;
- Propostas encontradas como formas de melhoria aos conflitos presentes.

Para melhor compreensão da forma que o presente trabalho foi elaborado, no quadro abaixo estão registrados quais artigos foram utilizados para encontrar os resultados em cada uma das categorias (Quadro 2).

Quadro 2 – Artigos utilizados na análise

(Continua)

Autores e título	Ano	Categoria	Resumo
ARAÚJO, H. V.; SOUZA, E. D. A Importância da Participação da Família no Processo de Ensino- Aprendizagem das Pessoas com Deficiência.	2020	Propostas encontradas como formas de melhoria aos conflitos presentes	Este artigo discute a relevância da participação da família no processo de ensino-aprendizagem de alunos com deficiência, destacando os benefícios dessa colaboração para o desenvolvimento escolar e social dos estudantes. A pesquisa adota uma abordagem bibliográfica exploratória, para analisar teoricamente a interação entre família e escola. A metodologia inclui uma análise qualitativa subjetiva, focada na dinâmica de inclusão em escolas regulares e no impacto das relações familiares no ambiente escolar.
BENITEZ, P.; DOMENICONI, C. Atuação do psicólogo na inclusão escolar de estudantes com autismo e deficiência intelectual.	2018	Propostas encontradas como formas de melhoria aos conflitos presentes	Este estudo aborda o papel do psicólogo na inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e deficiência intelectual (DI). A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com análise de práticas e intervenções realizadas por psicólogos em contextos educacionais, destacando a importância de estratégias individualizadas e colaborativas para promover a inclusão efetiva desses alunos.
CABRAL, C. S; FALCKE, D; MARIN, A. H. Relação Família- Escola-Criança com Transtorno do Espectro Autista: Percepção de Pais e Professoras.	2021	Propostas encontradas como formas de melhoria aos conflitos presentes	Este estudo investigou as percepções de pais e professoras sobre a relação família-escola no contexto da inclusão de crianças com TEA. Utilizou-se uma abordagem qualitativa com entrevistas semiestruturadas, analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo, evidenciando a importância da colaboração mútua para o sucesso da inclusão escolar.

**Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para
obtenção do título de bacharel.**

Quadro 2 – Artigos utilizados na análise

(Continua)

Autores e título	Ano	Categoria	Resumo
COELHO, G. R.; CAMPOS, J. A. P.; BENITEZ, P. Relatos de Pais Sobre a Inclusão e a Trajetória Escolar de Filhos com Deficiência Intelectual.	2017	Propostas encontradas como formas de melhoria aos conflitos presentes	Este estudo caracterizou o processo de inclusão escolar de crianças com deficiência intelectual a partir da perspectiva de seus pais. A pesquisa qualitativa utilizou entrevistas semiestruturadas, analisadas por meio da análise de conteúdo, destacando os desafios e as estratégias percebidas pelas famílias para a inclusão efetiva de seus filhos.
GOMES, V. F.; BOSA, C. Estresse e relações familiares na perspectiva de irmãos de indivíduos com transtornos globais do desenvolvimento.	2004	Propostas encontradas como formas de melhoria aos conflitos presentes	Este estudo investigou os níveis de estresse e a qualidade das relações familiares na perspectiva de irmãos de indivíduos com transtornos globais do desenvolvimento. A pesquisa quantitativa utilizou instrumentos psicométricos para avaliar o estresse e a percepção das relações familiares, evidenciando o impacto desses transtornos no cotidiano dos irmãos.
GUALDA, D. S.; BORGES, L.; CIA, F. Famílias de crianças com necessidades educacionais especiais: recursos e necessidades de apoio.	2013	Propostas encontradas como formas de melhoria aos conflitos presentes	Este estudo investigou os recursos e as necessidades de apoio das famílias de crianças com necessidades educacionais especiais. A pesquisa quantitativa utilizou dois instrumentos: o Inventário de Recursos do Ambiente Familiar (RAF) e o Questionário sobre as Necessidades das Famílias (QNF), aplicados a 12 pais de crianças em idade pré-escolar, evidenciando as demandas de suporte para a inclusão escolar.
NAKAMURA, B. M., SOUZA, C. C. B. X.. Experiências de familiares de crianças com deficiência no processo de inclusão escolar na rede pública regular de ensino: um estudo de caso.	2024	Propostas encontradas como formas de melhoria aos conflitos presentes	Este estudo de caso descritivo analisou as experiências de familiares de crianças com deficiência no processo de inclusão escolar na rede pública regular de ensino. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro mães, cujos depoimentos foram analisados por meio da análise de conteúdo temática, destacando os desafios e as estratégias adotadas pelas famílias para promover a inclusão de seus filhos.
NUNES, S.; SAIA, A. L.; TAVARES, R. E. Educação Inclusiva: Entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família.	2015	Propostas encontradas como formas de melhoria aos conflitos presentes	Este ensaio teórico problematiza as relações entre escola e família na perspectiva da educação inclusiva, abordando aspectos históricos, preconceitos e desafios enfrentados por alunos com deficiência. A análise crítica visa contribuir para a reflexão sobre práticas pedagógicas inclusivas e a construção de uma educação para todos.

**Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para
obtenção do título de bacharel.**

Quadro 2 – Artigos utilizados na análise

(Conclusão)

Autores e título	Ano	Categoria	Resumo
PAMPLIN, R. C. O. A interface família-escola na inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais: uma perspectiva ecológica.	2005	Barreiras que compõem os desafios da relação família-escola para estudantes com TEA Potencialidades encontradas na relação família-escola para estudantes com TEA Propostas encontradas como formas de melhoria aos conflitos presentes	Esta dissertação investigou a interface entre família e escola na inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais, adotando uma perspectiva ecológica. A pesquisa qualitativa utilizou entrevistas com pais e professores, analisadas por meio da análise de conteúdo, evidenciando a importância da colaboração entre escola e família para a inclusão efetiva.
TINOCO, V. C <i>et al.</i> Estresse em Mães com Filhos Diagnosticados com Autismo.	2022	Propostas encontradas como formas de melhoria aos conflitos presentes	Este estudo investigou os níveis de estresse em mães de filhos diagnosticados com autismo. A pesquisa quantitativa utilizou instrumentos psicométricos para avaliar o estresse materno, evidenciando os fatores que contribuem para o aumento do estresse e a necessidade de suporte psicológico para essas mães.
SCHMIDT, C; BOSA, C. A investigação do impacto do autismo na família: revisão crítica da literatura e proposta de um novo modelo.	2003	Propostas encontradas como formas de melhoria aos conflitos presentes	Esta revisão crítica da literatura investigou o impacto do autismo na família, propondo um novo modelo de compreensão e intervenção. A análise de estudos existentes permitiu identificar lacunas e sugerir abordagens mais eficazes para o apoio às famílias de indivíduos com autismo.
SILVA, A. M.; MENDES, E. G. Família de crianças com deficiência e profissionais: componentes da parceria colaborativa na escola.	2008	Barreiras que compõem os desafios da relação família-escola para estudantes com TEA Potencialidades encontradas na relação família-escola para estudantes com TEA	Este estudo investigou a parceria colaborativa entre família de crianças com deficiência e profissionais da escola. A pesquisa qualitativa utilizou entrevistas com pais e educadores, analisadas por meio da análise de conteúdo, evidenciando a importância da comunicação e colaboração para o sucesso da inclusão escolar.
SILVEIRA, T. B. Percepções de Mães de Alunos com Deficiência Sobre a Inclusão e o Preconceito na Escola Pública.	2011	Barreiras que compõem os desafios da relação família-escola para estudantes com TEA Potencialidades encontradas na relação família-escola para estudantes com TEA	Este estudo investigou as percepções de mães de alunos com deficiência sobre a inclusão e o preconceito na escola pública. A pesquisa qualitativa utilizou entrevistas semiestruturadas, analisadas por meio da análise de conteúdo, destacando os desafios enfrentados pelas famílias e as estratégias para promover a inclusão efetiva.

Fonte: dos autores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O relacionamento entre a família e a escola é algo comumente reconhecido como fundamental e necessário, fato que vem se tornando cada vez mais visível no âmbito nacional, acompanhado de políticas públicas que promovem cooperação entre essas duas instituições. O documento eletrônico “Parceria família-escola: benefícios, desafios e proposta de ação”, publicado pelo Ministério da Educação em 2022, dispõe como benefícios da parceria saudável entre família e escola:

A obtenção de melhores resultados acadêmicos, melhorando a aprendizagem; Prevenção do abandono escolar e incentivo ao seguimento dos estudos após a conclusão do ensino básico; Prevenção do absenteísmo: alunos passam a ser mais assíduos nas aulas; Promoção de maior motivação para os estudos; Promoção do desenvolvimento de habilidades sociais; Adoção de comportamentos mais saudáveis e redução do envolvimento em condutas de risco (como uso de álcool, drogas, ou envolvimento em situações de violência) (Jungles, 2022, p. 23).

Além disso, o envolvimento da família no ambiente escolar está presente em diversos itens da cartilha “Recomendações para Proteção e Segurança no Ambiente Escolar”, elaborada pelo Ministério da Educação em 2023, ressaltando que a participação familiar é um fator fundamental para diminuição de riscos ao bem-estar dos alunos. O documento em questão conta com diretrizes formuladas para gestores, professores, familiares e a comunidade escolar como um todo para o combate à violência em instituições de ensino, em decorrência do aumento do risco à segurança nesse ambiente (MEC, 2023).

Porém, apesar de necessária, a relação família-escola é um fenômeno complexo, permeado por dificuldades em ambos os lados envolvidos. Saraiva e Wagner (2013) afirmam que nessa relação há grande assimetria e culpabilidades mútuas, demandando estratégias conjuntas para que se dê da melhor forma. Segundo os autores, professores frequentemente percebem limitações no envolvimento das famílias, enquanto os pais encontram dificuldades na comunicação e no acompanhamento do desempenho de seus filhos na escola. Destacam que esses obstáculos podem ser agravados por fatores como a sobrecarga de trabalho dos docentes, a falta de tempo dos pais para o contato com a equipe escolar e a visão da escola como um serviço a ser consumido, em vez de um espaço de parceria. Fortalecer essa relação exige, portanto, esforço conjunto, comunicação aberta e comprometimento mútuo, reconhecendo que o desenvolvimento integral das crianças depende da colaboração efetiva entre família e escola. (Saraiva; Wagner, 2013).

Ao olhar para a relação família-escola pelo prisma da inclusão escolar, torna-se ainda mais necessária e, conseqüentemente, ainda mais conflituosa. Segundo Araújo e Souza (2020), a família e a escola são duas instituições que podem tanto favorecer quanto desfavorecer o desenvolvimento da pessoa com deficiência, seja no crescimento físico, intelectual ou social. A parceria entre a família e a escola é necessária para que haja um foco nas potencialidades do aluno, já que, para que a educação se desenvolva, é necessário que esteja seguro e confiante de que está sendo apoiado e incentivado (Araújo; Souza, 2020).

Barreiras que compõem os desafios da relação família-escola para estudantes com TEA

A relação entre família e escola é considerada um dos pilares para o desenvolvimento integral de crianças de qualquer criança, especialmente aqueles que tem deficiências ou transtornos tão sérios, como Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essa parceria é fundamental para a efetividade de práticas inclusivas, bem como para ampliar as oportunidades de aprendizagem e possibilitar a construção de estratégias pedagógicas que contemplem as especificidades de cada criança. No entanto, embora seja reconhecida como condição essencial para uma educação inclusiva de qualidade, essa relação apresenta uma série de barreiras dificultadoras.

No estudo de Pamplin (2005), uma das principais dificuldades encontradas é o desencontro de expectativas entre família e escola. Com o objetivo de identificar os recursos e necessidades do contexto familiar de crianças com deficiência e verificar sua relação com as propostas de inclusão existentes, Pamplin realizou um estudo com 61 responsáveis, utilizando de análise documental, entrevista semiestruturada e dois questionários (Inventário de Recursos do Ambiente Familiar – RAF – e Questionário sobre as Necessidades das Famílias – QNF). Segundo a autora, “a escola, muitas vezes, espera da família uma postura de acompanhamento e cobrança do desempenho escolar, enquanto a família, por sua vez, espera da escola a resolução de todas as questões relacionadas à aprendizagem” (Pamplin, 2005, p. 9). Esse descompasso gera distanciamento e prejudica a corresponsabilidade, evidenciando a necessidade de construção de sentidos compartilhados entre os diferentes microssistemas que participam do desenvolvimento da criança. Além disso, destaca-se a “fragilidade na comunicação entre os dois contextos, o que impede a construção de estratégias conjuntas para favorecer o processo de inclusão” (Pamplin, 2005, p. 12).

Outro ponto crítico, ainda, é a falta de preparo dos profissionais, que frequentemente leva os pais a se sentirem pouco ouvidos, quando não culpabilizados pelas dificuldades

apresentadas pelos filhos, neste sentido, em vez de favorecer uma construção recíproca, a escola tende a assumir um papel hierárquico, restringindo a participação da família no processo de inclusão. (Pamplin, 2005).

Por outro lado, Silva e Mendes (2008) reforçam a ideia de que a indefinição de papéis compromete a construção de uma parceria sólida entre família e escola. Conforme destacam, “uma das dificuldades encontradas tem sido a falta de conhecimento sobre que componentes devem estar presentes nessa parceria para que ela tenha sucesso” (Silva; Mendes, 2008, p. 221). Essa falta de clareza gera insegurança e dificulta a formação de vínculos colaborativos entre família e profissionais, o que repercute diretamente no acompanhamento das crianças com deficiência.

Enquanto isso, Silveira (2011), em seu estudo “Percepções de Mães de Alunos com Deficiência Sobre a Inclusão e o Preconceito na Escola Pública”, coletou, de forma contundente, relatos que evidenciam não apenas as barreiras estruturais das instituições de ensino, mas também as atitudes discriminatórias e excludentes presentes no cotidiano escolar. As mães narram experiências que revelam a contradição entre o discurso institucional de aceitação e as práticas efetivamente realizadas. Um dos relatos denuncia: “a escola diz que aceita, mas, na prática, muitas vezes isola meu filho das atividades com os outros” (Silveira, 2011, p. 98). Esse testemunho evidencia que a inclusão, por vezes, se restringe ao nível formal ou burocrático, sem se concretizar em ações pedagógicas e relacionais que assegurem a participação plena da criança. Outro depoimento reforça essa sensação de invisibilidade e distanciamento: “a gente fala, reclama, mas parece que a escola não escuta” (Silveira, 2011, p. 102). Essa percepção de falta de escuta ativa indica que o espaço escolar, em vez de se constituir como ambiente de acolhimento e parceria, muitas vezes deslegitima a voz das famílias, dificultando o processo de construção de estratégias conjuntas.

Potencialidades encontradas na relação família-escola para estudantes com TEA

A relação entre família e escola configura-se como um eixo central no processo de inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais (NEE). Tal interface, no entanto, apresenta um caráter paradoxal: ao mesmo tempo em que revela obstáculos significativos, também abre caminhos para práticas educativas mais efetivas quando bem estruturadas.

Apesar das barreiras, os estudos também apontam elementos facilitadores que contribuem para a consolidação de vínculos entre família e escola. Pamplin (2005, p. 15) destaca que a abertura ao diálogo e a valorização dos saberes parentais fortalecem a parceria:

“quando a escola reconhece e valoriza o conhecimento da família sobre a criança, amplia-se a possibilidade de construir práticas pedagógicas mais eficazes” (Pamplin, 2005, p. 15). A participação dos pais em reuniões e projetos escolares, assim como o acompanhamento ativo da vida acadêmica dos filhos, reforça a rede de apoio e amplia as condições de sucesso da inclusão. Silva e Mendes (2008, p. 218) identificaram, a partir de grupos focais com familiares e profissionais, categorias consideradas essenciais para a efetivação da parceria colaborativa: respeito mútuo, comunicação, confiança, participação, amabilidade, sinceridade, seriedade e imparcialidade (Silva; Mendes, 2008, p. 218). Essas atitudes contribuem para o estabelecimento de um ambiente de corresponsabilidade, em que família e escola compartilham objetivos comuns voltados ao desenvolvimento da criança.

Da mesma maneira, as mães de alunos com deficiência, frequentemente consideradas como pessoas de referência no âmbito familiar, destacaram que o acolhimento, a paciência e a valorização das diferenças foram elementos fundamentais para que percebessem a escola como parceira (Silveira, 2011, p. 130). Há evidências de práticas que favoreceram a aproximação entre os dois contextos, uma das mães entrevistadas no estudo de Silveira relatou que percebia um maior comprometimento da professora quando esta a chamava para conversar e buscava informações sobre como o filho se comportava em casa, demonstrando interesse genuíno pelo cotidiano da criança (Silveira, 2011, p. 123). Esse tipo de atitude, segundo as mães, reforçava a confiança depositada nos profissionais e criava condições mais favoráveis para a construção de vínculos de parceria. Além disso, atitudes de acolhimento e respeito continuaram sendo apontadas como determinantes, pois fortalecem a percepção das famílias de que a escola poderia, de fato, desempenhar um papel colaborativo no processo de inclusão (Silveira, 2011, p. 130).

Propostas encontradas como formas de melhoria aos conflitos presentes

Outro aspecto a ser contemplado na análise dos resultados encontrados é quais propostas têm sido elaboradas por pesquisadores para que ocorra uma melhora na relação entre a família e a escola em meio ao processo de inclusão. Para uma melhor reflexão, podemos compreender os achados da literatura estudada ao longo desse trabalho em dois campos: as necessidades apontadas e as propostas elaboradas.

Os estudos apontam para a necessidade de maior contato entre os professores e os pais de alunos com deficiência, por ambas as partes. Coelho, Campos e Benitez (2017), em seu estudo “Relatos de Pais sobre a Inclusão e a Trajetória Escolar de Filhos com Deficiência

Intelectual”, realizaram uma entrevista semiestruturada com três pais de crianças com DI matriculadas na escola regular, a fim de analisar a trajetória escolar de alunos com DI. Os pais entrevistados expressaram a necessidade de formas alternativas de comunicação com a equipe escolar, como recados nos materiais escolares ou de forma oral, como em reuniões ou contatos remotos (Coelho; Campos; Benitez, 2017).

Outros artigos estudados também corroboram com essa necessidade, já que o envolvimento da família no processo de aprendizagem do aluno com deficiência é benéfico para todas as partes, isto é, para o aluno, para a família e para a escola. Conforme UNESCO (2001), citada por Pamplin (2005), as crianças tendem a apresentar melhores resultados na escola quando as famílias se mostram mais interessadas e participativas em sua educação e, com isso, propõe as seguintes ações para aproximação da escola com a família:

[...] encontros e trocas de informações frequentes dos pais com os professores e vice-versa, envolvimento dos pais na educação dos filhos, visitas dos professores às casas das famílias para conhecer a realidade dos alunos, visita dos pais à sala de aula para conhecer os métodos utilizados para com seus filhos, encorajar os pais a auxiliar as crianças à fazer as tarefas de casa, dentre outros (UNESCO, 2001 *apud* Pamplin, 2005, p. 99-100).

Cabral, Falcke e Marin (2021), em sua pesquisa sobre a relação entre a família, a escola e a criança com TEA, destacam a importância de momentos formais para que pais e professores possam conversar sobre as dificuldades que enfrentam e questões acerca do desenvolvimento da criança com TEA, acrescentando que essa prática permite uma reflexão conjunta para o desenvolvimento de ações que pudessem potencializar a aprendizagem da criança, também fortalecendo a relação entre os dois contextos (Cabral; Falcke; Marin, 2021).

Ainda nesse sentido, a comunicação com a escola tem grande potencial para o bem-estar da família, quando levamos em consideração o impacto que o diagnóstico do TEA tem em sua vivência. Tinoco *et al.* (2022), após utilizar o Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp (ISSL) para verificar a prevalência das fases de estresse manifestadas em mães de filhos diagnosticados com TEA, afirmam que as mães sofrem impactos psicossociais vistos como a falta de apoio social e conjugal, a sobrecarga diante das características dos filhos com TEA, os desafios relacionados ao diagnóstico e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, o que gera estresse extremo e constante, afetando significativamente sua qualidade de vida. Como já discutido anteriormente, o diagnóstico e a vivência do TEA na família é um fenômeno multifacetado, que acaba, por muitas vezes, gerando grande estresse. Schmidt e Bosa (2003) apontam que, para trabalhar com TEA, deve-se utilizar de uma abordagem que reconheça todos os diversos fatores envolvidos no enfrentamento do diagnóstico. Tendo em vista os aspectos

mencionados, há a necessidade de proporcionar às famílias um ambiente acolhedor, de parceria, a fim de minimizar suas angústias, frustrações e incertezas (Tinoco *et al.*, 2022; Schmidt; Bosa, 2003; Gomes; Bosa, 2004).

Além disso, cabe mencionar o papel do Governo em relação à educação inclusiva e o apoio às famílias e o indivíduo com deficiência, aspecto trazido com grande importância na literatura estudada. Nunes, Saia e Tavares (2015) afirmam que, para a superação da lógica do preconceito, um dos fatores impeditivos da inclusão, é necessário um esforço da sociedade como um todo, especialmente do poder público. Gualda, Borges e Cia (2013) e Coelho, Campos e Benitez (2017) contribuem nessa reflexão à medida que evidenciam a falta de apoio prático, instrumental e social vivida pelas famílias desses alunos, além da necessidade de garantia dos sistemas de apoio existentes e a necessidade de um trabalho em rede, para se cuidar de seus filhos de forma integral (Nunes; Saia; Tavares, 2015; Gualda; Borges; Cia, 2013; Coelho; Campos; Benitez, 2017).

Ademais, nota-se a necessidade de maiores investimentos na formação de professores para o trabalho com crianças com TEA e outras deficiências. Conforme Araújo e Souza (2020), os profissionais devem oportunizar ao aluno controlar as atividades de ensino, criando condições para que sejam capazes de dominar, conscientemente, os conhecimentos, além de desenvolver as iniciativas, a independência de pensamento e a criatividade. Afirmam também que a prática docente deve ser organizada e direcionada para educar a todos os alunos em sala de aula, tendo o aluno deficiência ou não. Além disso, as autoras definem que o papel fundamental da escola é de desenvolver competências e habilidades para a plena cidadania de seus alunos e não o simples acúmulo de informações (Araújo; Souza, 2020).

Vale destacar outro aspecto citado amplamente no campo da inclusão: a presença de outros profissionais além dos já existentes na equipe escolar. Nakamura e Souza (2024), buscaram, por meio de um estudo de caso descritivo de quatro mães de crianças com deficiência estudantes matriculadas no 1º ciclo do ensino fundamental, analisar como familiares de crianças com deficiência compreendem o impacto da escolarização dessas crianças em seus cotidianos. Dentre os resultados encontrados, as autoras evidenciaram que outros profissionais podem agir como facilitadores no processo de aprendizagem de crianças com deficiências, nesse caso, destacaram o terapeuta ocupacional (Nakamura; Souza, 2024).

Benitez e Domeniconi (2018), em seu estudo “Atuação do Psicólogo na Inclusão Escolar de Estudantes com Autismo e Deficiência Intelectual”, buscaram operacionalizar a atuação do psicólogo nesse contexto e evidenciam que há grande potencial de favorecer a

aprendizagem dos estudantes. Foram realizadas intervenções em um grupo experimental, aplicadas pelos professores e pais, para avaliar a aprendizagem de leitura e escrita do grupo em comparação a um grupo controle (não participou das intervenções) e, nos resultados encontrados, foi possível perceber que o grupo experimental teve uma melhora considerável de desempenho após a passagem pelas intervenções. Esse estudo evidencia que a atuação do psicólogo na escola tem grande efeito quando utilizada para contribuir com a equipe escolar, a partir da instrumentalização de professores e pais para auxiliar no desenvolvimento da criança com deficiência (Benitez; Domeniconi, 2018).

Nesse sentido, pode-se dizer que a inserção de outros profissionais, como o terapeuta ocupacional, o psicólogo e outros profissionais além dos costumeiros, na composição de uma equipe multidisciplinar na escola para a educação de crianças com deficiência, mas especificamente o TEA, é algo fundamental para um melhor desenvolvimento do aluno, além de um processo de autonomia e empoderamento das famílias e dos demais profissionais da equipe. No estudo de Coelho, Campos e Benitez (2017), por meio dos relatos dos pais entrevistados, foi possível evidenciar a necessidade de garantia dos sistemas de apoio apontada por eles, incluindo a necessidade de uma equipe multidisciplinar na escola (Coelho; Campos; Benitez, 2017).

Outro ponto crítico se referiu à garantia dos sistemas de apoios (intermitentes, limitados, amplos e permanentes), além do estabelecimento de uma equipe multidisciplinar na escola regular para o acompanhamento de cada aluno, por meio do trabalho em rede, com apoio governamental (federal, estadual e municipal) (Coelho; Campos; Benitez, 2017, p. 39).

Portanto, o apoio governamental para o investimento na maior capacitação da equipe escolar e apoio às famílias é algo fundamental para a inclusão escolar, favorecendo um ambiente propício para uma relação de colaboração entre a família e a escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve como objetivo refletir a respeito da relação família-escola, tendo em vista o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista e as dificuldades vividas pelos pais ou responsáveis dessas crianças, além de verificar o que têm sido estudado e proposto como forma de intervenção nos últimos anos.

A partir do estudo da literatura selecionada, pode-se afirmar que a relação de parceria entre a família e a escola é um aspecto crucial para o desenvolvimento tanto pessoal quanto acadêmico dos alunos. Quando ambas as partes trabalham para que esse relacionamento seja bem sucedido, há a diminuição de riscos ao bem-estar dos alunos, promovendo uma melhor

aprendizagem, adoção de comportamentos mais saudáveis, aquisição de habilidades sociais, entre outros aspectos favoráveis ao seu desenvolvimento. Os resultados obtidos evidenciam que a abertura ao diálogo, a valorização dos saberes parentais por parte da escola, a participação de pais em projetos escolares e o acompanhamento ativo da vida acadêmica dos filhos amplia as condições de sucesso da inclusão, além de configurar-se como rede de apoio. De modo geral, os estudos apontam uma postura acolhedora com os pais por parte da escola como fator fundamental para o sucesso da relação.

Por outro lado, quando essa relação não existe ou é frustrada, há desvantagens consideráveis, principalmente no âmbito do ensino de crianças com TEA, pois, nesse cenário, a efetividade de práticas inclusivas fica deficitária, bem como o aumento da vulnerabilidade dessa população. A bibliografia aponta para uma divergência de expectativas entre a família e a escola sobre seus papéis nessa relação, em que a escola frequentemente espera um protagonismo da família no desempenho escolar de seus filhos e a família espera o oposto, isto é, que a escola seja integralmente responsável pelo processo de aprendizagem. Destaca-se a falta de comunicação para a construção de estratégias conjuntas para o enfrentamento das dificuldades vivenciadas pelo aluno com TEA, resultando na invisibilização da família e tornando a relação entre essas duas instâncias assimétrica – a escola acaba por restringir a participação da família no processo de inclusão. Além das barreiras estruturais existentes, muitas vezes a escola pode assumir um papel discriminatório, acentuando a vulnerabilidade existente.

A discussão realizada nesse presente estudo nos convoca a pensar na importância de maiores investimentos na educação por parte do Estado, já que se vê diversas lacunas existentes nesse contexto. Cabe destacar a necessidade de uma melhor formação de profissionais para o trabalho em educação inclusiva, principalmente no que diz respeito à parceria com a família, visto que essa é uma das queixas mais frequentes por parte dela. Tendo em vista que o preconceito é um fator impeditivo da inclusão, faz-se necessário uma maior participação das lideranças para a garantia de direitos de crianças com deficiências e a conscientização da importância do papel da família, do processo de aprendizagem e das especificidades da população com Transtorno do Espectro Autista, seja por meio de políticas públicas, campanhas ou legislações.

Por fim, espera-se que os resultados apresentados neste trabalho possam contribuir para incitar reflexões acerca da temática da relação família-escola partindo da convicção de sua importância, visto que há uma carência substancial de estudos que abordem esse

relacionamento no contexto de famílias com filhos diagnosticados com TEA, levando em consideração a população brasileira que, em sua grande maioria, sofre com a escassez de recursos de saúde e educação.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. C. M.; PONDÉ, M. P. A Exclusão na Inclusão de Crianças com Transtorno do Espectro Autista em Escola Regular. **Debates em Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 6-11, maio/jun. 2017. Disponível em: <https://revistardp.org.br/revista/article/view/89> . Acesso em: 24 fev. 2025.

AGUIAR, M. C. M.; PONDÉ, M. P. *Autism: impact of the diagnosis in the parents*. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, [s.l.], v. 69, n. 3, p. 149–155, jul/sep. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/CQ5SdxNGKyCBHsjZVfH8dqx/?lang=en>. Acesso em: 24 fev. 2025.

APA - AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, v. 5, 2014.

ARAÚJO, H. V.; SOUZA, E. D. A Importância da Participação da Família no Processo de Ensino-Aprendizagem das Pessoas com Deficiência. **REEDUC**, [s.l.], v. 6, n. 1, p. 33-45, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/reeduc/article/view/10021>. Acesso em: 18 ago. 2025.

BENITEZ, P.; DOMENICONI, C. Atuação do psicólogo na inclusão escolar de estudantes com autismo e deficiência intelectual. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 163–172, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/YXH3vPxvBQqf3yqbdfT9nJK/?lang=pt>. Acesso em: 14 fev. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Recomendações para proteção e segurança no ambiente escolar**. Brasília: MEC, 2023. Disponível em: Repositório oficial do MEC. Acesso em: 15 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, jan. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2025.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 50, de 2024** - Reanálise do Parecer CNE/CP nº 50, de 5 de dezembro de 2023, que tratou das Orientações Específicas para o Público da Educação

Especial: Atendimento a Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Brasília: MEC, 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 14 fev. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educação%20nacional.&text=Art.%201º%20A%20educação%20abrange,civil%20e%20nas%20manifestações%20culturais. Acesso em: 14 fev. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 14 fev. 2025.

CABRAL, C. S; FALCKE, D; MARIN, A. H. Relação Família-Escola-Criança com Transtorno do Espectro Autista: Percepção de Pais e Professoras. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v. 27, p. 493-508, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/STKcXJNwvxqhGk5QKh8WpLP/?lang=pt>. Acesso em: 14 fev. 2025.

COELHO, G. R.; CAMPOS, J. A. P.; BENITEZ, P. Relatos de Pais Sobre a Inclusão e a Trajetória Escolar de Filhos com Deficiência Intelectual. **Psicol. Rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v. 23, n.1, p. 22-41, jan. 2017. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682017000100003. Acesso em: 14 fev. 2025.

FRANCÊS, L. A.; MESQUITA, A. M. A. As experiências nos espaços-tempos da escola sob o olhar de uma criança com Transtorno do Espectro do Autismo. **Revista Brasileira de Educação**, [s.l.], v. 26, p. 1-22, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/M7jYYq84pmgK4TsbSQDQ8Dr/?lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2025.

FURINI, A. B. Processo de inclusão na escola regular: panorama de percepções. **Revista Educação Especial**, [s.l.], n. 28, p. 319-328, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4318>. Acesso em: 14 fev. 2025

GOMES, V. F.; BOSA, C. Estresse e relações familiares na perspectiva de irmãos de indivíduos com transtornos globais do desenvolvimento. **Estudos de Psicologia (Natal)**, Natal, v. 9, n. 3, p. 553-561, dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/wKdM4ZMLncdQvkVsgy7ywRw/?lang=pt>. Acesso em: 14 fev. 2025.

GUALDA, D. S.; BORGES, L.; CIA, F. Famílias de crianças com necessidades educacionais especiais: recursos e necessidades de apoio. **Revista Educação Especial**, [s.l.], v. 26, n. 46, p. 307–330, jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5379>. Acesso em: 17 fev. 2025.

JUNGLES, L. A. S. **Parceria família-escola: benefícios, desafios e proposta de ação**. Brasília: Ministério da Educação (MEC), 2022.

MUNIMOS, S. S. O aluno que desconcerta: autistas no ensino regular. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 49, p. 1-16, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Zj5rYftdgyF9bx5vLPzqVvL/?lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2025.

NAKAMURA, B. M., SOUZA, C. C. B. X. Experiências de familiares de crianças com deficiência no processo de inclusão escolar na rede pública regular de ensino: um estudo de caso. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, [s.l.], v. 32, p. 1-21. 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/SSqSxX3YtqVQbyc6C4yJzjw/?lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2025.

NUNES, S.; SAIA, A. L.; TAVARES, R. E. Educação Inclusiva: Entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s.l.], v. 35, n. 4, p. 1106–1119, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/gtPdZxy4yHrX9Lz9txCtQ7c/?lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2025.

PAMPLIN, R. C. O. **A interface família-escola na inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais: uma perspectiva ecológica**. 2005. 155 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/items/7e10679f-d6e6-4367-96d9-2faf163904c2>. Acesso em 14 fev. 2025.

PLETSCH, M. D. Repensando a inclusão escolar de pessoas com deficiência mental: diretrizes políticas, currículo e práticas pedagógicas. 2009. 254 f. Dissertação (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://www.uniapaemg.org.br/wpcontent/uploads/2018/04/Repensando_a_inclus_escolarde_pessoas_com_-deficiencia_mental.pdf. Acesso em: 24 fev. 2025.

PORTES, J. R. M.; VIEIRA, M. L. Coparentalidade no Contexto Familiar de Crianças com Transtorno do Espectro Autista. **Psicologia em Estudo**, [s.l.], v. 25, p. 1-16, 10 mar. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/44897>. Acesso em: 14 fev. 2025.

TINOCO, V. C *et al.* Estresse em Mães com Filhos Diagnosticados com Autismo. **Rev. Psicol. Saúde**, Campo Grande, v. 14, n. 4, p. 35-42, 2022. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S2177-093X2022000400035&script=sci_abstract. Acesso em 14 fev. 2025.

ROSA, S. S.; BORGES, J. M. “Um Estranho no Ninho”: Tensões e Contradições da Educação Inclusiva Confrontadas pela Presença de Estudantes com TEA em Salas de Aula Comuns. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Corumbá, v. 30, p.1-16, 2024. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbee/a/dk6HMH698vsKVf3p45T7PgZ/?lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2025.

SARAIVA, L. A.; WAGNER, A. A Relação Família-Escola sob a ótica de Professores e Pais de crianças que frequentam o Ensino Fundamental. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 81, p. 739-772, out./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/mQHVP55HKZghCGcrrqv9qzC/?lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2025.

SCHMIDT, C; BOSA, C. A investigação do impacto do autismo na família: revisão crítica da literatura e proposta de um novo modelo. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 111-120, 2003. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/3229>. Acesso em: 12 mar. 2025.

SEGEREN, L.; FRANÇOZO, M. F. C. As vivências de mães de jovens autistas. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 1, p. 39-46, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/gwxcsysmPLNgcMXsc7cf6cb/?lang=pt>. Acesso em: 14 fev. 2025.

SILVA, A. M.; MENDES, E. G. Família de crianças com deficiência e profissionais: componentes da parceria colaborativa na escola. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 14, n. 2, p. 217-234, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/XCsMXPGwSndbZYprkdjRfmn/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2025.

SILVEIRA, T. B. **Percepções de Mães de Alunos com Deficiência Sobre a Inclusão e o Preconceito na Escola Pública**. 2011. 383 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <https://www.cdi.uneb.br/site/?cat-trabalhos-academicos=ppgeduc>. Acesso em: 14 fev. 2025.